

Retomadas de terras: uma análise sobre as estratégias de intervenção política dos Tupinambá da aldeia Serra do Padeiro, Bahia*

Daniela Fernandes Alarcon (MN-UFRJ/RJ)

Resumo

Em 2013, o processo de recuperação territorial desencadeado em 2004 pelos Tupinambá da aldeia Serra do Padeiro (situada na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, sul da Bahia) atingiu uma escala sem precedentes. De maio de 2004 a maio de 2013, os indígenas dessa aldeia haviam realizado *22 retomadas de terras* (ações de recuperação de áreas por eles tradicionalmente ocupadas e que se encontravam em posse de não índios), ao passo que, de junho a dezembro de 2013, isto é, em um intervalo de seis meses, 45 novas áreas foram recuperadas. Hoje, os Tupinambá da Serra do Padeiro detêm 89 fazendas, além dos sítios que alguns indígenas lograram manter a despeito da penetração dos não índios. O aumento expressivo das áreas em posse dos indígenas – no marco de uma estratégia de intervenção política centrada no *retorno da terra* – permitiu a intensificação do retorno dos *parentes* dispersos, isto é, dos indígenas que haviam deixado o território em decorrência da expropriação. Ao mesmo tempo, a capacidade dos indígenas de mobilizar tais parentes parece-me condição fundamental para a *construção da aldeia*. Neste artigo, buscarei apresentar apontamentos iniciais sobre a dinâmica de retornos desatada pelo processo de retomada, considerando alguns exemplos de trajetórias de indígenas que estavam fora da aldeia e se engajaram no projeto coletivo engendrado pelos Tupinambá da Serra do Padeiro.

Palavras-chave: Tupinambá; retomadas de terras; mobilização política

* Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

Em trabalho anterior (Alarcon, 2013), argumentei que uma dimensão fundamental da luta dos indígenas que vivem na aldeia Serra do Padeiro – situada na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, nos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una, sul da Bahia – pelo *retorno da terra* consiste no retorno ao território de *parentes* dispersos, atrelado aos esforços para o desenvolvimento de modos de vida próprios, articulados na *construção da aldeia*. Desde 2004, os indígenas vêm levando a cabo ações coletivas conhecidas como *retomadas de terras*, que consistem em processos de recuperação de áreas por eles tradicionalmente ocupadas e que se encontravam em posse de não índios, permitindo a volta de parentes que haviam partido em decorrência da expropriação. Nesse quadro, o retorno da terra – categoria empregada frequentemente pelos indígenas para se referir ao processo de recuperação territorial – desdobra-se em retornos circunscritos, mas conectados entre si: o retorno dos *encantados*, entidades centrais da cosmologia tupinambá, que, assim como os indígenas, foram impactadas pela expropriação; o retorno dos bichos, que, com a penetração dos não índios, ficaram escassos e só agora estão tornando a aparecer; e o retorno dos parentes.

As chegadas de indígenas que me foram relatadas e que pude observar em campo no âmbito da pesquisa mencionada, afiguravam-se, etnograficamente, como “um retorno que se projetava no futuro e era também um grande retorno imaginado, expresso em conjecturas: ‘eu fico pensando como seria se esse povo todo voltasse para cá, para retomar, a força que nós teríamos’. [...] Era comum encontrar pais e mães ansiando (e já planejando) a volta de filhos e netos que viviam fora” (*Idem*: 211). Analisar mais detidamente a dinâmica de retornos desatada pelo processo de retomada, considerando as estratégias engendradas pelos Tupinambá da Serra do Padeiro para envolver parentes na luta e para construir formas de *viver juntos*, é um dos objetivos da pesquisa de doutorado que estou desenvolvendo agora, iniciada em 2015.

Tomando o processo de definição do território como chave analítica e as retomadas de terras como foco de interesse, tal pesquisa pretende contribuir para a construção de um quadro analítico das modalidades de intervenção política (Oliveira, 2006) conformadas contemporaneamente pelos povos indígenas, em que se expressam diferentes projetos políticos. Trata-se, assim, de um estudo enquadrado em uma vertente teórica que reconhece os indígenas como sujeitos históricos, cuja atuação é frequentemente elidida pelas correntes historiográficas hegemônicas (Monteiro, 2001), e que busca lançar luz sobre os projetos coletivos que, por se chocarem com os projetos

da sociedade envolvente, foram historicamente bloqueados (Bartolomé, 1997) e vêm sendo atualizados contemporaneamente, em contextos de recuperação territorial.

Cumprir notar que minha experiência de investigação na Serra do Padeiro, iniciada em 2010, é atravessada por um importante marco da luta pela terra. Em 2013, ano em que concluí a pesquisa de mestrado, assistimos à aceleração sem precedentes do processo de retomada. De maio de 2004 a maio de 2013, 22 fazendas foram recuperadas na Serra do Padeiro, ao passo que, de junho a dezembro de 2013, isto é, em um intervalo de seis meses, 45 novas áreas foram retomadas. A ampla maioria das retomadas realizadas nesse segundo período ocorreu em agosto, mês em que 31 fazendas foram recuperadas. Quando da conclusão deste texto, os Tupinambá da Serra do Padeiro detinham 89 fazendas, que se somavam aos sítios que alguns indígenas lograram manter em sua posse a despeito da penetração dos não índios no território. De um lado, o expressivo aumento das áreas em posse dos Tupinambá tem possibilitado a intensificação do retorno dos indígenas dispersos; de outro, a capacidade dos indígenas engajados na construção da aldeia de mobilizar tais parentes revela-se condição fundamental para a viabilidade de tal projeto coletivo. Assim, o atual contexto parece-me especialmente profícuo para o desenvolvimento de uma análise mais detida acerca da dimensão da luta territorial expressa no retorno dos parentes.

Em uma primeira etapa de investigação de campo, iniciada em meados de abril último e prevista para se encerrar em meados de julho, tenho me dedicado, entre outras atividades, à realização de entrevistas semiestruturadas com o objetivo de reunir informações quantitativas e qualitativas sobre a trajetória de todos os indígenas que vivem na Serra do Padeiro. Atualmente, a aldeia é habitada por 460 indígenas, porém, *morar e fazer parte* não são sinônimos, de modo que o número de indígenas que compõem a aldeia conforme concebida pelos Tupinambá é significativamente maior, pois engloba parentes que vivem fora mas estão estreitamente ligados à vida do grupo e parentes que se entende que estão fora mas não de voltar. Nas entrevistas, abordamos, entre outras questões, os deslocamentos realizados pelos indígenas ao longo de suas vidas, considerando as transformações de suas situações de moradia, posse da terra e trabalho ao longo do tempo. Procurei, ainda, recolher informações acerca de parentes (avós, pais, irmãos, filhos e netos) que se encontram fora da aldeia, considerando as previsões e expectativas dos entrevistados acerca da possibilidade ou não de retorno dos mesmos.

Neste artigo, buscarei apresentar apontamentos iniciais sobre a dinâmica de retornos desatada pelo processo de retomada, considerando alguns exemplos de

trajetórias de indígenas que estavam fora da aldeia e se engajaram no projeto coletivo engendrado pelos Tupinambá da Serra do Padeiro. É importante repisar que se trata de uma investigação em curso. Tive oportunidade de sistematizar apenas uma parcela diminuta dos dados produzidos em campo, de modo que o que se propõe aqui são interpretações tentativas, passíveis de revisão e que se buscará adensar na próxima etapa da pesquisa. Cabe observar que, em algumas passagens do texto, pseudônimos são utilizados, com o intuito de resguardar a intimidade e a segurança de meus interlocutores.

Todos os parentes *dentro*

Grande parte dos indígenas que vivem na Serra do Padeiro nasceu em *fazenda dos outros*. Tal recorrência nos transporta para uma geração marcada por indígenas desprovidos de terras ou que detinham posses diminutas, insuficientes para o sustento de suas famílias, o que geralmente os obrigava a trabalhar em fazendas de cacau, pretensamente pertencentes a não índios. Em função das modalidades de trabalho que se apresentavam para os indígenas (relações de meação ou trabalho assalariado, geralmente como mão-de-obra precária, *na empreita* ou *na diária*, e, menos comumente, como trabalhador *fichado*), a mobilidade entre fazendas era grande. Nas falas de meus interlocutores, era comum a alusão ao fato de que, quando se *entenderam*, isto é, no momento da infância ao qual remontam as memórias mais antigas, já se encontravam em uma fazenda distinta daquela onde haviam nascido. Vejamos o exemplo de uma professora indígena, de 30 anos de idade. Nascida em uma fazenda em Una, quando se entendeu, vivia com os pais em uma fazenda próxima à sede de São José da Vitória, município vizinho. Aproximadamente dos seis aos dezesseis anos de idade (quando se casou e se mudou para o sítio dos sogros, não indígenas), ela viveu em nove fazendas, quatro das quais, hoje retomadas. Com se vê, quase uma fazenda por ano.

Consideremos uma das famílias extensas que vive na Serra do Padeiro, conformada pelos descendentes de Jandira (Ana Zilda Ferreira da Silva), filha de uma indígena chamada Maria Evangelista e de João de Nô (João Ferreira da Silva), um dos *troncos velhos*, personagem central da resistência contra a entrada dos não índios e pai do atual pajé da Serra do Padeiro. Jandira nasceu na aldeia, junto a um pé de dendê. Morreu em 1982, relativamente jovem, acometida por uma enfermidade que lhe provocava dores intensas, e foi enterrada perto do lugar onde veio ao mundo. Ainda jovem, Jandira desentendera-se seriamente com João de Nô. Como, naquele tempo, a

terra já não era *livre*, provavelmente lhe foi impossível obter uma posse após deixar a casa do pai. Assim, o rompimento familiar reservou-lhe uma vida de perambulações de fazenda em fazenda, sustentando os filhos quase sempre sozinha. As trajetórias de seus descendentes também são marcadas pelo trabalho em fazenda e, no que diz respeito especificamente às mulheres, pelo trabalho em *casa de família*, inclusive em situações análogas à escravidão. A dispersão da família talvez adquira seu acento mais dramático no caso de uma filha de Jandira, que, distante da aldeia, desapareceu.

Antes do início do processo de retomada, 12 descendentes de Jandira estavam incorporados à aldeia, aglutinados em torno da única filha da mesma que vivia em situação fundiária contrastante com a dos irmãos, em posse de uma área na faixa costeira da terra indígena. Em 1977, aos 19 anos de idade, essa indígena, que chamaremos de Lúcia, mudou-se para a fazenda Ipanema, pretensamente pertencente a Lino Cardoso do Vale. Ela se transferiu para lá junto a seu cônjuge, contratado como administrador da área, cuja principal atividade econômica consistia na extração de piaçaba nativa e na produção de coco. Na Ipanema, nasceram todos os seus filhos (exceto a mais velha, que chegou ali com três meses de idade) e netos. Segundo Lúcia, após a morte de Cardoso do Vale, os herdeiros não dedicaram atenção à fazenda e os indígenas continuaram vivendo no local, sem remuneração.

Hoje, os indígenas consideram que a antiga fazenda Ipanema faz parte da aldeia Serra do Padeiro, ainda que haja descontinuidade territorial entre a área e o restante da aldeia. Porém, antes do início do processo de retomada, Lúcia e seus parentes próximos não mantinham relações com as demais famílias extensas descendentes de João de Nô. “Os meninos de lá não conheciam ninguém daqui”, comentou-me uma indígena da Serra do Padeiro. A certa altura, porém, antes ainda do início do processo de retomada, Lúcia aproximou-se do lugar de origem de sua mãe. Isso se deu quando um de seus filhos adoeceu: como os médicos não foram capazes de curá-lo, a ela ocorreu levá-lo a seu tio Lírio (Rosemiro Ferreira da Silva), atual pajé da aldeia, filho de João de Nô. Quando as primeiras retomadas de terras tiveram lugar, em 2004, encontraram Lúcia unida aos parentes da Serra do Padeiro por vínculos recém-estabelecidos e ela rapidamente se engajou no movimento. Ao elencar suas razões para haver aderido à luta pela terra, ela costuma se lembrar dos irmãos e sobrinhos, salientando o sofrimento que sentia ao se ver impedida de acolhê-los em casa, quando estes atravessavam graves dificuldades, posto que o fazendeiro não aceitava ver os parentes em *sua* fazenda.

“Eu luto para minha família ter onde ficar. Porque já chegou ao ponto até do meu pessoal dormir no meio do tempo, sem ter um teto para ficar. A pior coisa é ver seu irmão, sua irmã sair com um cacaio [alforje] nas costas sem saber para onde ir. Eu ficava assim olhando: ‘meu deus do céu, o que é isso, que justiça é essa?’. Eu me padecia por causa delas [das irmãs]. Hoje eu luto pela terra e quero terra para ter todos os meu parentes dentro” (Alarcon, 2013: 210).

Em um diálogo que referi em outra parte, o cacique Babau (Rosivaldo Ferreira da Silva), principal liderança política dos Tupinambá da Serra do Padeiro e neto de João de Nô, também aludiu à situação desse ramo da família para explicar o imperativo de retomar (*Idem*: 211). Transcorridos doze anos do início do processo de retomada, é possível afirmar que a recuperação territorial impactou significativamente a trajetória dos descendentes de Jandira. Se, como indiquei, 12 descendentes viviam na aldeia em 2004 (totalizando, junto aos respectivos cônjuges, 15 pessoas), hoje, há 72 membros da família extensa na aldeia. O processo de retomada atraiu 30 pessoas, entre descendentes de Jandira e cônjuges, fazendo com que a família reunida na aldeia triplicasse. De lá para cá, outras nove pessoas se somaram à família, por meio de casamentos, e registraram-se 18 nascimentos. Hoje, a família estende-se por cinco fazendas retomadas e pela Ipanema; seis filhos de Jandira vivem atualmente no território. Como se vê, a disponibilidade de terras não apenas permitiu o retorno de um número significativo de parentes, como tem garantido condições para que o crescimento da família, por meio de casamentos e nascimentos, não implique nova dispersão, decorrente da falta de meios de subsistência.



À esq., Ana Zilda Ferreira da Silva, conhecida como Jandira, e filhas, déc. 1970. Fotografia (reprodução de monóculo fotográfico do acervo de Derisvaldo Ferreira da Silva). À dir., neta de Jandira, que vive na antiga fazenda Ipanema, jun. 2016, por Daniela Alarcon.

O caso dos descendentes de Jandira não é exceção. Em maior ou menor escala, em praticamente todas as famílias extensas da aldeia registram-se parentes retornados. Tem-se assistido, inclusive, à volta de famílias nucleares que aparentemente haviam consolidado sua permanência na cidade, o que nos desautoriza, mesmo no caso de índios que *estão pelo mundo* há décadas, a asseverar que se trata de “trajetórias sem retorno”. É o caso do filho mais velho de seu Lírio, a quem chamarei Pedro. Nascido em 1972, Pedro foi criado pelo avô paterno, João de Nô. Aos 18 anos de idade, mudou-se para São Bernardo do Campo (São Paulo), à procura de emprego. Após a morte de João de Nô, ocorrida em 1981, a família viu suas posses se reduzirem drasticamente e as condições de subsistência no pequeno sítio que lhe restou eram precárias. Na cidade, Pedro empregou-se em uma fábrica de vidros, onde galgou posições. Casou-se com uma companheira de trabalho (que aqui será Carmem) oriunda do sertão da Paraíba, comprou uma *casa boa*, teve uma filha e atraiu dois de seus irmãos para trabalharem na mesma fábrica e morarem próximos de si, acompanhados das respectivas famílias nucleares. Após viver 18 anos fora da Serra do Padeiro, em 2008, quatro anos após o início do processo de recuperação territorial, tornou a viver na aldeia.

A poucos metros da morada do pajé, Pedro e Carmem construíram uma casa de tábuas. Ele se voltou ao trabalho na roça e ela abriu uma venda, aonde as crianças acorrem em busca de doces. A filha do casal passou a estudar no Colégio Estadual Indígena Tupinambá Serra do Padeiro e, atualmente, é uma das coordenadoras do grupo de jovens organizado no marco da luta pela terra. Hoje, é Pedro quem coordena o trabalho nas roças de sua família extensa, que se situam no sítio mantido pelo pajé e em um conjunto de retomadas do entorno. Grande conhecedor das matas em volta da formação rochosa que dá nome à aldeia, ele identifica prontamente espécies arbóreas e trilhas de paca, quati, tatu-peba, tatu-verdadeiro e outras espécies, por meio de sinais de difícil reconhecimento para olhos não treinados. Além disso, retém informações detalhadas sobre o processo de ocupação do pé da serra, sendo capaz de apontar, em roças de cacau e na mata, os *rumos* das antigas posses de seus parentes e das fazendas que se foram constituindo ali. Quando se anda com Pedro por veredas e trilhas, é como se se pudesse ver os nacos de terra mudando de mãos ao longo do tempo. Não me parece trivial que ele seja um dos interlocutores que mais tem contribuído em meu esforço de reconstrução do histórico de expropriação territorial e, ao mesmo tempo, na caracterização da organização do trabalho na aldeia contemporaneamente.

No marco do processo de criminalização de lideranças em luta pela terra, Pedro chegou a ser preso. Em 16 de dezembro de 2013, a fazenda São João – área que estava em posse de não índios desde 1981 e onde ainda se ergue a última morada de João de Nô – foi retomada e a família de Pedro se mudou para lá. Um observador que desconheça a história dessa família, confrontado com seu cotidiano na aldeia, provavelmente não adivinhará que Pedro passou boa parte de sua vida adulta fora do território tupinambá, que Carmem só mora ali há oito anos e que a filha do casal chegou à Serra do Padeiro já em idade escolar. As trajetórias da família de Pedro e dos descendentes de Jandira parecem-me indicadoras das possibilidades de reorientação de rumos que se abrem no processo de retomada e engajam parentes dispersos em um projeto coletivo assentado no que figura nas falas como o ideal de todo *chefe de família* – manter junto de si os filhos e os filhos dos filhos – e, mais amplamente, o ideal do grupo: ter terra para botar todos os parentes *dentro*.

Os comentários acerca de algumas trajetórias de retorno apresentados aqui apontam para a forma como se tem dado o engajamento dos Tupinambá da Serra do Padeiro na construção de um projeto coletivo cuja realização passa necessariamente pela capacidade de mobilizar parentes dispersos e cujo aprofundamento permite ampliar tal dinâmica de retorno. Os casos analisados contrastam em diferentes aspectos, tais como as condições econômicas dos indígenas em questão antes de que aderissem ao processo de recuperação territorial e a existência ou não de vínculos prévios com figuras destacadas do processo de recuperação territorial, como o pajé e o cacique. Contudo, ambas as situações parecem convergir para conformar um processo de luta que se orienta pelo parentesco, compreendido como vínculo que, ao tempo em que remonta ao passado (em direção aos troncos velhos), quando latente, pode ser ativado no marco do próprio processo de luta. Assim, se os parentes fazem a luta, a luta também faz parentes.

Referências bibliográficas

ALARCON, Daniela Fernandes. 2013. *O retorno da terra: as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia*. Dissertação de mestrado (Ciências Sociais). Brasília, Universidade de Brasília.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. 1997. *Gente de costumbre y gente de razón: las identidades étnicas en México*. México, Siglo Veintiuno.

MONTEIRO, John Manuel. 2001. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese de livre docência (Antropologia). Campinas, Universidade de Campinas.

OLIVEIRA, João Pacheco de. 2006. “Políticas indígenas contemporâneas: Régimen tutelar, juegos políticos y estrategias indígenas”. *In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). Hacia una antropología del indigenismo: estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas políticas actuales de los indígena en Brasil*. Rio de Janeiro, Contra Capa/ Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica, pp. 127-150.